

PROVAS DE PORTUGUÊS E CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Número de questões: 60

Duração: 4 horas

ATENÇÃO: Todas as questões são de múltipla escolha. Cada questão apresenta cinco alternativas para resposta, das quais apenas uma é correta. Preencha, na FOLHA DE RESPOSTAS (folha de leitura óptica), o espaço correspondente à alternativa escolhida, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

I – PORTUGUÊS

TEXTO I

A dificuldade de criar regimes democráticos em países árabes decorre de fatores históricos e culturais, mas se agrava hoje em dia em razão de dois aspectos. De um lado, existe um estado permanente de beligerância, pela vizinhança com Israel, o que tende a concentrar o poder nas mãos de um líder ou de um grupo. O constante clima de guerra, além do mais, torna prioridade o fortalecimento do Exército, do serviço de inteligência, da polícia secreta, da guarda nacional, instituições que também servem para conter aspirações populares malvistas pelos dirigentes. De outro lado, a comunidade árabe é dividida pela glória e pela desgraça do petróleo. Quem tem senta-se sobre ele. Quem não tem usa sua influência junto aos países ricos em petróleo para garantir investimentos e ajuda externa. Assim, tanto os com-petróleo quanto os sem-petróleo, excessivamente amarrados à dependência do capital externo, tendem a ignorar as demandas internas por maior participação popular.

Veja, 19 de setembro de 2001.

1. O texto I apresenta como tema principal o (a)
 - a) clima de violência que impera nos países árabes.
 - b) dificuldade de implantar a democracia em países árabes.
 - c) divisão dos países árabes pela glória e pela desgraça do petróleo.
 - d) dependência de países árabes ao capital estrangeiro.
 - e) estratégia de manutenção do poder nos países árabes.

2. De acordo com o texto I, é causa de um estado permanente de beligerância nos países árabes o (a)
 - a) concentração do poder nas mãos de um líder ou de um grupo.
 - b) fortalecimento de instituições que servem para conter aspirações populares.
 - c) vizinhança com Israel.
 - d) divisão da comunidade árabe pela glória e pela desgraça do petróleo.
 - e) auto-suficiência dos com-petróleo.

3. A propósito do texto I, afirma-se:
 - I. Os sem-petróleo são mais sensíveis que os com-petróleo aos apelos da população árabe por uma maior participação política.
 - II. A divisão dos países árabes entre os que têm e os que não têm petróleo alimenta-lhes o interesse pela democracia.
 - III. O fato de que uns têm petróleo, e outros não, agrava entre os países árabes a dificuldade de criar regimes democráticos.

Das afirmações acima, está(ão) correta(s) apenas

- a) I b) II c) III d) I e II e) I e III

4. Considere os fragmentos:

- I. “...decorre de fatores históricos e culturais, mas se agrava hoje em dia em razão de dois aspectos.”
- II. “...o que tende a concentrar o poder nas mãos de um líder ou de um grupo.”
- III. “Quem não tem usa sua influência junto aos países ricos em petróleo para garantir investimentos e ajuda externa.”

Os termos neles grifados têm, respectivamente, valor

- | | |
|--|--|
| a) opositivo, aditivo e modal. | d) opositivo, alternativo e final. |
| b) concessivo, alternativo e locativo. | e) adversativo, alternativo e consecutivo. |
| c) adversativo, explicativo e final. | |

5. A construção “*Quem tem senta-se sobre ele.*” sugere, nos países que possuem o petróleo, uma atitude de

- | | |
|-----------------------------|----------------------------|
| a) ganância e insatisfação. | d) orgulho e generosidade. |
| b) tolerância e resignação. | e) humildade e temor. |
| c) vigilância e comodismo. | |

6. Apresentam **hiato** todos os vocábulo da alternativa

- | | |
|--------------------------------|--|
| a) criar/ países/ prioridade. | d) instituições/ prioridade/ aspirações. |
| b) criar/ razão/ inteligência. | e) inteligência/ petróleo/ beligerância. |
| c) países/ mãos/ vizinhança. | |

7. No trecho: “*De um lado, existe um estado permanente de beligerância, pela vizinhança com Israel, o que tende a concentrar o poder nas mãos de um líder ou de um grupo.*”, os termos grifados, quanto à acentuação tônica, classificam-se respectivamente como

- a) oxítono, paroxítono e monossílabo tônico.
- b) proparoxítono, oxítono e paroxítono.
- c) proparoxítono, paroxítono e monossílabo tônico.
- d) paroxítono, oxítono e oxítono.
- e) paroxítono, oxítono e monossílabo tônico.

8. No fragmento: “*A dificuldade de criar regimes democráticos em países árabes decorre de fatores históricos e culturais, mas se agrava hoje em dia em razão de dois aspectos.*”, pertencem à **mesma classe gramatical** as palavras

- | | | |
|------------|------------------------|--------------------------|
| a) de/mas. | c) hoje/dois. | e) democráticos/fatores. |
| b) de/em. | d) dificuldade/árabes. | |

9. Só NÃO ocorre **dígrafo** nas palavras da alternativa

- | | |
|-------------------------------|---------------------------------|
| a) decorre/glória/vizinhança. | d) decorre/assim/glória. |
| b) assim/garantir/permanente. | e) vizinhança/clima/permanente. |
| c) criar/clima/glória. | |

10. Considere o trecho: “*A dificuldade de criar regimes democráticos em países árabes decorre de fatores históricos e culturais, mas se agrava hoje em dia em razão de dois aspectos.*”. Segundo a norma culta da língua, outra forma correta de pontuá-lo seria:

14. Considere o fragmento: “...recursos que deveriam empregar para aumento do capital produtivo.”. Na voz passiva, a construção verbal que substitui corretamente a expressão grifada é:
- a) deveriam ser empregados.
 - b) deveria empregarem-se.
 - c) deveria serem empregados.
 - d) deveria ser empregados.
 - e) dever-se-ia empregarem.
15. O valor semântico do termo grifado classifica-se ERRADAMENTE em
- a) “...e com isso desviam para o consumo recursos...” – direção.
 - b) “...desviam (...) recursos que deveriam empregar para aumento do capital produtivo.” – finalidade.
 - c) “Mas já o professor Wallich lança uma nesga de dúvida sobre essa tese.” – consequência.
 - d) “...despertando-lhe a ambição de (...) tornar-se mais eficiente e produtivo...” – intensidade.
 - e) “Donde ser possível que o consumo de bens dispensáveis venha a facilitar a absorção de tecnologia...” – conclusão.

II – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS 1

- DIREITO ELEITORAL

16. O Recurso contra a Diplomação NÃO pode ser interposto por
- a) partidos políticos
 - b) coligações
 - c) candidatos
 - d) Ministério Público
 - e) eleitores
17. São irrecuráveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, salvo as que
- I. contrariarem a Constituição Federal.
 - II. denegarem “*habeas corpus*”.
 - III. denegarem mandado de segurança.
- Está(ão) correta(s)
- a) apenas I
 - b) apenas II
 - c) apenas III
 - d) apenas I e III
 - e) todas
18. A organização e competência dos tribunais, juízes de direito e das juntas eleitorais são disciplinadas, nos termos da Constituição Federal, por
- a) lei ordinária.
 - b) lei complementar.
 - c) resolução do Tribunal Superior Eleitoral.
 - d) resolução do Senado Federal.
 - e) lei delegada.
19. Nas eleições proporcionais, conta-se como válido
- I. o voto em branco.
 - II. o voto nulo.
 - III. o voto de legenda.
- Está(ão) correta(s)
- a) apenas I
 - b) apenas II
 - c) apenas III
 - d) apenas I e III
 - e) todas

25. Para pleitear a Investigação Judicial Eleitoral, NÃO é(são) parte legítima
- a) os partidos políticos.
 - b) os eleitores.
 - c) o Ministério Público.
 - d) os candidatos.
 - e) as coligações.

- DIREITO CONSTITUCIONAL

26. O princípio da propriedade privada fundamenta-se no direito de alguém possuir alguma coisa, podendo dela dispor de modo pleno. Na atual Constituição Brasileira, tal direito revela-se

- a) reservado aos nacionais.
- b) socializado.
- c) condicionado à sua função social.
- d) incondicionado.
- e) condicionado ao interesse do Estado.

27. O mandado de segurança coletivo poderá ser impetrado

- I. por qualquer cidadão, na forma da lei.
- II. por qualquer partido político.
- III. por entidade de classe, em defesa dos interesses de seus membros.

Está(ão) correta(s)

- a) apenas I
- b) apenas II
- c) apenas III
- d) apenas II e III
- e) todas

28. São gratuitas(os)

- I. as ações de mandado de segurança.
- II. as ações de “*habeas corpus*” e “*habeas data*”.
- III. os atos necessários ao exercício e à preservação da nacionalidade.

Está(ão) correta(s)

- a) apenas I
- b) apenas II
- c) apenas III
- d) apenas II e III
- e) todas

29. A extradição de estrangeiro será concedida em razão de crime

- a) comum e de opinião.
- b) comum ou político.
- c) político.
- d) político ou de opinião.
- e) comum.

30. A manutenção do princípio da unicidade sindical, obrigatória nos termos da Carta Magna, está condicionada

- I. à organização sindical compulsoriamente fiscalizada pelo Estado.
- II. à existência de sindicatos organizados por categorias, no âmbito de uma área geográfica.
- III. ao pressuposto da autonomia sindical plena.

Está(ão) correta(s)

- a) apenas I
- b) apenas II
- c) apenas II e III
- d) apenas I e III
- e) todas

- 31.** A contribuição para custeio do sistema confederativo da representação sindical
- a)** depende da contribuição prevista em lei.
 - b)** não poderá ser descontada em folha, mas depende da contribuição prevista em lei.
 - c)** será descontada em folha, mas depende da contribuição prevista em lei.
 - d)** independe da contribuição prevista em lei.
 - e)** depende de autorização por meio de assembléia geral da categoria.
- 32.** O Magistrado, mesmo gozando das garantias da vitaliciedade e da inamovibilidade, pode ser removido,
- a)** compulsoriamente por decisão do Conselho Nacional de Magistratura.
 - b)** posto em disponibilidade ou aposentado por maioria de votos do respectivo Tribunal, se constatado motivo de interesse público.
 - c)** posto em disponibilidade ou aposentado por motivo de interesse público, mediante decisão por voto de dois terços do respectivo Tribunal, assegurada ampla defesa.
 - d)** posto em disponibilidade ou aposentado por motivo de interesse público, mediante decisão por voto da maioria absoluta do respectivo Tribunal, assegurada ampla defesa.
 - e)** por iniciativa própria, após homologação do pedido pelo Conselho Nacional da Magistratura.
- 33.** O Estatuto da Magistratura tem seus princípios regulados por
- a)** lei ordinária especial.
 - b)** resolução do Supremo Tribunal Federal.
 - c)** lei de iniciativa dos Tribunais Superiores da União, apoiada em resolução do Supremo Tribunal Federal.
 - d)** lei de iniciativa conjunta do Poder Judiciário, mediante proposta do Supremo Tribunal Federal.
 - e)** lei complementar.
- 34.** É da competência originária do Superior Tribunal de Justiça processar e julgar
- a)** o “*habeas data*” contra atos do Tribunal de Contas da União.
 - b)** o litígio entre Estado estrangeiro e o Estado-membro, o Distrito Federal e o território.
 - c)** os conflitos entre a União e os Estados.
 - d)** os mandados de segurança contra ato de Ministro de Estado.
 - e)** as causas entre a União e o Distrito Federal.
- 35.** É da competência originária do Supremo Tribunal Federal
- a)** processar e julgar o “*habeas data*” contra atos do Procurador-Geral da República.
 - b)** processar e julgar, nos crimes comuns, os membros do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais.
 - c)** julgar os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.
 - d)** declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei municipal.
 - e)** processar e julgar os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União.

- DIREITO ADMINISTRATIVO

36. São causas justificadoras da inexecução do contrato administrativo

- I. o caso fortuito e o fato da administração.
- II. a força maior e o fato do príncipe.
- III. as interferências imprevistas.

Está(ão) correta(s)

- a) apenas I
- b) apenas II
- c) apenas III
- d) apenas I e II
- e) todas

37. A revisão do contrato administrativo, ou seja, a modificação das condições de sua execução, pode ocorrer por

- I. interesse da própria administração.
- II. superveniência de fatos novos que tornem inexecutável o ajuste inicial.
- III. decisão do contratado.

Está(ão) correta(s)

- a) apenas I
- b) apenas II
- c) apenas III
- d) apenas I e II
- e) todas

38. Em relação ao ato administrativo, é correto afirmar:

- a) A anulação do ato administrativo tem por escopo suprimir ato legítimo e eficaz.
- b) A revogação do ato administrativo produz efeitos *“ex-tunc”*.
- c) A anulação do ato administrativo tem efeito retroativo.
- d) A faculdade de anular os atos administrativos ilegais é restrita ao mesmo agente que o praticou.
- e) A revogação do ato administrativo é prerrogativa do poder judiciário.

39. Os atos administrativos ordinatórios

- a) atuam no âmbito externo das repartições.
- b) têm caráter normativo quando expressam um comando geral do Executivo.
- c) não obrigam os particulares.
- d) expressam uma declaração de vontade do Poder Público coincidente com a pretensão do particular, visando concretizar negócios jurídicos.
- e) estabelecem uma relação negocial entre o Poder Público e o particular, no intuito de definir obrigações recíprocas e onerosas.

40. A situação de direito ou de fato que determina a efetivação do ato administrativo denomina-se

- a) motivo
- b) forma
- c) finalidade
- d) objeto
- e) competência

41. O ato discricionário

- a) não se vincula à lei.
- b) confunde-se com “arbitrariedade”.
- c) é próprio dos sistemas autoritários.
- d) é legalmente concedido à Administração Pública.
- e) é o mesmo que ato vinculado.

42. Em relação ao ato administrativo típico, pode-se afirmar:

- I. É consequência do ato jurídico.
- II. É gênero, do qual o ato jurídico é espécie.
- III. É manifestação volitiva da Administração Pública.

Está(ão) correta(s)

- a) apenas I
- b) apenas II
- c) apenas III
- d) apenas II e III
- e) apenas I e III

43. No que concerne ao ato administrativo, é INCORRETO afirmar:

- a) A motivação deve apontar a causa e os elementos determinantes da prática do ato administrativo, bem como o dispositivo legal em que se funda.
- b) A motivação será dispensável em certos atos administrativos oriundos do poder discricionário, bastando apenas evidenciar a competência para o exercício desse poder e a conformação do ato com o interesse público.
- c) O ato é inválido, havendo desconformidade entre os motivos determinantes e a realidade.
- d) A teoria dos motivos determinantes funda-se na consideração de que os atos administrativos, quando tiverem sua prática motivada, ficam vinculados aos motivos expostos, para todos os efeitos jurídicos.
- e) O ato não motivado, quando o devia ser, presume-se executado, se realizado na esfera de competência funcional do agente.

44. Controle de mérito, no âmbito da Administração Pública, é todo aquele que

- a) o Executivo exerce sobre suas próprias atividades, visando mantê-las dentro da lei.
- b) se efetiva após a conclusão do ato controlado, objetivando corrigir eventuais defeitos legais.
- c) acompanha a realização do ato para verificar sua adequação aos textos legais ou regulamentares.
- d) visa à comprovação da eficiência, do resultado, da conveniência ou oportunidade do ato controlado.
- e) objetiva verificar a conformação do ato ou do procedimento administrativo com a lei, os regulamentos e a Constituição.

45. A nulidade do procedimento licitatório

- a) induz à do contrato, em todas as hipóteses.
- b) não induz à do contrato, salvo hipóteses legais.
- c) induz à do contrato, ressalvado o disposto na lei.
- d) não se aplica aos casos de prestação de serviços essenciais.
- e) não produz efeitos em relação aos contratos relativos à Segurança Nacional.

46. Os atos administrativos para os quais a lei estabelece, rigorosamente, os requisitos e as condições para sua realização, denominam-se:

- a) vinculados
- b) declaratórios
- c) expeditivos
- d) imperativos
- e) discricionários

47. A revogação de um ato administrativo, quando parcial, chama-se:

- a) repristimação
- b) cassação
- c) retificação
- d) derrogação
- e) ab-rogação

48. O princípio que impede que a Administração, concluído o procedimento licitatório, atribua seu objeto a outrem que não o legítimo vencedor, intitula-se:

- a) julgamento objetivo
- b) julgamento imperativo
- c) homologação obrigatória
- d) julgamento formal
- e) adjudicação compulsória

49. A rescisão do contrato administrativo poderá ser

- I. unilateral, nos termos específicos da legislação civil ou homologada pelo judiciário.
- II. amigável, por acordo entre as partes.
- III. judicial, nos termos precisos do Edital, mediante provocação da Administração Pública.

Está(ão) correta(s)

- a) apenas I
- b) apenas II
- c) apenas III
- d) apenas I e III
- e) todas

50. A rescisão do contrato administrativo por razões de interesse público, devidamente justificadas pela Administração,

- a) obriga a Administração a ressarcir o contratado pelos prejuízos que houver sofrido, desde que regularmente comprovados.
- b) libera o Poder Público de qualquer ônus por eventuais prejuízos advindos ao contratado.
- c) só admite indenização mediante sentença judicial transitada em julgado.
- d) deve ser homologada pelo Poder Judiciário, caso não haja acordo entre as partes.
- e) é decidida pelo Poder Judiciário, em todas as hipóteses, mediante solicitação da Administração Pública.

III – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS 2 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO E DE RECURSOS HUMANOS

51. Com relação à legislação financeira do país, é correto afirmar:

- a) A Lei 4320/64 estatui normas gerais do direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados e dos Municípios.
- b) A lei orçamentária não pode conter autorização ao poder executivo para abrir créditos suplementares e realizar operações de crédito.
- c) A lei que aprova a receita orçamentária pode conter matéria estranha ao orçamento, ou seja, essa lei não disporá sobre assunto que não se relacione estritamente com o orçamento.
- d) Duas fases são essenciais para o cumprimento dos principais passos que envolvem a confecção do orçamento: aumento da burocracia e programas de pouca prioridade que serão cortados.
- e) Os demonstrativos financeiros tradicionais tratam dos recursos humanos, por exemplo, treinamento de pessoal, como investimento e não como despesas operacionais.

- 52.** O mercado financeiro nacional pode ser segmentado em quatro grandes mercados:
- a)** de debêntures, comercial paper, de capital aberto, de leasing.
 - b)** de futuro, de títulos públicos, financeiros e de operações.
 - c)** de ações, de moedas, de papéis e de dólar.
 - d)** monetário, de créditos, de capitais, de câmbio.
 - e)** de bolsas de valores, de factoring, de overnight e de investimentos.
- 53.** De conformidade com a Lei nº 4320/64, é correto afirmar:
- a)** O cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal é facultativo.
 - b)** O Ministério Público não tem legitimidade para ingressar com ação civil pública na defesa dos interesses coletivos.
 - c)** A União prestará assistência técnica e cooperação financeira aos Municípios para a modernização das respectivas administrações tributária, financeira, patrimonial e previdenciária, com vistas ao cumprimento das normas desta lei complementar.
 - d)** A racionalidade da Lei de Responsabilidade Fiscal aponta, como único objetivo do governo federal, arrecadar recursos para pagar a dívida externa brasileira.
 - e)** A Lei de Responsabilidade Fiscal aplica-se à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, excluídos os seus poderes judiciário e legislativo, bem como o Ministério Público.
- 54.** Antônio Pereira é diretor de recursos humanos de uma grande empresa e observou que vários empregados recém-contratados não desempenham atividades eficazes, porque não estão integrados na organização. Para tentar solucionar esse problema, Pereira introduz, na empresa, programas de orientação/integração. Este tipo de programa traz o benefício de
- a)** treinar os empregados nas obrigações que devem cumprir.
 - b)** dispensar a avaliação das necessidades da empresa.
 - c)** reduzir os custos de consultoria externa.
 - d)** melhorar o conhecimento e as aptidões necessárias aos cargos, em todos os níveis da organização.
 - e)** melhorar o coeficiente intelectual dos empregados.

- 55.** Acerca de “*empenho*”, é correto afirmar:
- a)** Se uma autoridade administrativa autorizar a realização de uma despesa, sem empenhá-la, a responsabilidade pelo pagamento é sua, pessoal, e não da repartição.
 - b)** O valor do empenho não pode ser deduzido do saldo da dotação, se este não comportar o valor a ser empenhado.
 - c)** Ao Administrador Público é permitido, em qualquer hipótese, realizar ou autorizar que se realizem despesas sem a prévia emissão do empenho correspondente.
 - d)** As modalidades de empenho são: comum, universal, vultuoso e de estimativa, além do sub-empenho e nota de anulação.
 - e)** A ausência de empenho cria para o poder público obrigação de pagamento.

56. Os fundamentos da Administração Científica têm como objetivo principal:

- a) Assegurar o máximo de prosperidade ao patrão e ao empregado.
- b) Atender à necessidade de um ensino organizado de administração.
- c) Enfatizar a estrutura e o funcionamento da organização.
- d) Desenvolver a capacidade técnica dos operários.
- e) Capacitar física, intelectual e moralmente os subordinados.

57. A Administração Científica tem como principal característica:

- a) Limitação do campo de aplicação.
- b) Administração como ciência e divisão do trabalho.
- c) Abordagem incompleta da organização.
- d) Visão microscópica do homem.
- e) Superespecialização do operário.

58. Nas despesas públicas, o dever de prestar contas é uma decorrência natural da Administração como encargo de gestão de bens e interesse alheios.

De acordo com o exposto, é correto afirmar que

- a) a prestação de contas não se refere apenas aos dinheiros públicos, mas a todos os atos de governo e de administração.
- b) o dever de prestar contas alcança só administradores de entidades e órgãos públicos, não atingindo os particulares que recebem subvenções estatais.
- c) a prestação de contas, segundo os ditames constitucionais, é feita ao órgão executivo de cada entidade, através do Tribunal de Contas que auxilia o controle interno da administração financeira.
- d) no Regime Jurídico Único dos servidores civis da União (Lei 9.784/90), são encontradas disposições coibitivas da improbidade no trato dos bens que lhes são confiados para gestão.
- e) a Lei 8.112/92 dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de improbidade administrativa nas despesas públicas.

59. “Liderança” pode ser entendida como:

- I. Capacidade para inspirar confiança.
- II. Capacidade para fazer mudanças quando necessárias.
- III. Capacidade de uma pessoa influenciar outras, a fim de trabalharem em direção a metas e objetivos definidos.

Está(ão) correta(s)

- a) apenas I
- b) apenas II
- c) apenas I e II
- d) apenas II e III
- e) todas

60. Como decorrência da teoria das relações humanas, surge o *homo social*, cujo comportamento era motivado pelo(a)

- a) busca do lucro e recompensas salariais.
- b) total aceitação das técnicas de estudo dos tempos e movimentos e planos de incentivos financeiros.
- c) apego ao tecnicismo e abordagem mecanicista.
- d) retribuição salarial em bases justas, tendo como único fator decisivo a satisfação do operário.
- e) recompensa social, simbólica, e não por estímulos salariais e materiais.